

HABEAS CORPUS Nº 548.988 - PE (2019/0358549-5)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : MARIO FORTUNATO DE SOUSA AMARAL E OUTRO
ADVOGADOS : GERVÁSIO XAVIER DE LIMA LACERDA - PE021074
MÁRIO FORTUNATO DE SOUSA AMARAL - PE031234
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : MAURA CAVALCANTI DE MORAIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MAURA CAVALCANTI DE MORAIS contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - HC n. 0004044-53.2019.8.17.0000.

Noticiam os autos que no curso de inquérito policial instaurado para apurar os crimes de organização criminosa, fraude a licitações e crimes financeiros, foi decretada a prisão temporária da paciente.

Sobreveio decisão que converteu a custódia em domiciliar com monitoramento eletrônico.

Inconformada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Nesta via, alegam os impetrantes a ausência de fundamentação suficiente a justificar a manutenção da prisão domiciliar cumulada com monitoramento eletrônico, visto que se mostram desproporcionais e desarrazoadas.

Requerem a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que a paciente seja colocada imediatamente em liberdade, revogando-se as medidas cautelares impostas e expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão domiciliar com medida cautelar de monitoramento eletrônico, consoante se infere do seguinte trecho do aresto impugnado (fls. 195/197):

Apenas dois dias após a efetivação da prisão temporária, a autoridade tida como coatora, converteu a prisão temporária da paciente em prisão domiciliar com monitoramento eletrônico, com base nos seguintes termos (fls.360/363):

"No que tange a indiciada Maura, que embora a autoridade policial tenha se manifestado pela conversão da prisão temporária em prisão

preventiva, entendo que em virtude de sua idade deve ser valorada a situação envolvendo o cabimento ou não da prisão domiciliar, e, ponderando que a própria autoridade policial mencionou que poderia ser eventualmente cabível a substituição por medidas cautelares, entendo que merece acolhimento neste momento, a conversão temporária em domiciliar, cumulativamente, à fixação de monitoramento eletrônico, nos termos do art. 282, I e II, do CPP, cumulado ao art. 319 do mesmo ordenamento jurídico".

Embora a decisão supra mencionada apresente-se sucinta, vê-se que a manutenção das medidas cautelares impostas a paciente foi devidamente fundamentada pelo Magistrado a quo, em decisão proferida em 16/08/2019, consoante se observa no trecho constante à fl. 372:

"Compulsando ainda a alegação da defesa de Fábio, e também de Maura, concluo que não há a generalidade apontada, que poderia até existir a princípio quando da primeira decisão, tal como este magistrado mencionou durante a primeira decisão, ao passo que em face disto e também pela idade da Sra. Maura vim a conceder-lhe a prisão domiciliar, que por sinal deve ser mantida, pois ainda que se argumente pela regularidade da empresa resta inevitável o reconhecimento neste momento ainda inquisitivo embora judicializado pelas medidas suplicadas que Maura teria sim ciência de todo o conjunto de articulações de seu filho Fábio, mesmo porque sendo proprietária de empresa que participa de licitações, evidentemente tem conhecimento de fatores que possam guiar para o êxito ou não das licitações, não por outro motivo a empresa é sua, então o fato de seu filho estar supostamente à frente de certas condutas envolvendo a empresa não retira a necessidade e plausibilidade da ciência de eventuais crimes relatados e que deve ser objeto de verificação ministerial para eventual denúncia, pois nitidamente nem tudo se resolve com essa fase inquisitiva, portanto, entendo que não apenas a prisão de Fábio está embasada, como também a manutenção da prisão domiciliar de Maura também deve ser mantida, por tudo que fundamentei.

Além disso, as medidas fixadas pelo juízo de forma alguma estão sendo utilizadas de forma a superar

qualquer presunção de inocência, muito menos como meio coercitivo de qualquer conclusão final, mas apenas e tão somente como forma de assegurar os pressupostos e requisitos previstos em lei no art. 312 do CPP (...).

Portanto, embora já tenha mencionado em outras passagens da decisão, tenho que estão presentes o risco a ordem pública, econômica e conveniência da instrução criminal, onde afinal nem tudo certamente conseguiu ser desvendado, pelo lapso temporal escasso da temporária em crimes não tidos como hediondos, sendo assim indispensabilidade a conversão das prisões.

Destarte, estão presentes o trinômio que Guilherme de Souza Nucci elenca como necessário a decretação da prisão preventiva, ou seja: 1- a gravidade em concreto da infração; 2- repercussão social; e 3- periculosidade do(s) agente(s).

Por fim, os crimes mencionados comportariam como condizentes a pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos se analisados isolada e cumulativamente, e, ausentes as hipóteses do art. 314 também do CPP, tenho que restaram demonstrados o 'fumus comissi delicti' e o 'periculum libertatis'.

Ante o exposto, e por tudo que fundamentei, acolho o pedido formulado pela autoridade policial para:

Manter a prisão domiciliar já fixada e para converter a prisão temporária e decretar a prisão preventiva".

Sabe-se que a prisão domiciliar disciplinada no art. 318 do Código de Processo Penal tem o caráter de medida provisória, de cunho processual, precário, cautelar, capaz de substituir a prisão preventiva. Para essa substituição é necessário demonstrar que a medida é adequada e suficiente para garantia da ordem pública, da ordem econômica, do regular andamento da instrução criminal e da futura aplicação da lei penal. Em outras palavras: a prisão domiciliar do art. 318 se constitui também em uma medida cautelar - tanto quanto a preventiva -, que não se justifica caso ausentes os pressupostos para aquela prisão, quando então deve o juiz conceder a liberdade provisória.

No caso em comento, consoante apontado, resta claro que a prisão domiciliar da paciente, assim como a medida

de monitoramento eletrônico, está devidamente fundamentada, mostrando-se as mesmas como necessárias à garantia da ordem pública e econômica e à conveniência de instrução criminal.

Ademais, segundo dispõe o art. 318 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva pode ser substituída pela domiciliar quando o agente for: a) maior de 80 (oitenta) anos; b) extremamente debilitado por motivo de doença grave; c) imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; d) gestante; e) mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos; f) homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos.

Deve ser lembrado que os delitos imputados são gravíssimos, demonstrando ser a prisão domiciliar com monitoramento eletrônico a medida cautelar adequada e necessária ao caso concreto, medida esta que somente foi concedida à paciente, tendo em vista a idade avançada, contando com 74 (setenta e quatro) anos de idade, pelo que se encontra em situação privilegiada, respondendo ao processo na segurança e conforto de sua casa, enquanto que a prisão domiciliar só seria cabível, em princípio, para maiores de 80 (oitenta) anos de idade.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito da impetração, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

Superior Tribunal de Justiça

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo da Vara Única da comarca de Gameleira/PE, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da controvérsia, especialmente no que se refere à situação prisional da paciente e ao atual andamento da persecução criminal, e encaminhando, se houver, senha para acesso ao processo.

Com estas, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator